

AS ESCALAS DA ECONOMIA UMA INTRODUÇÃO À DIMENSÃO TERRITORIAL DA CRISE*

Claudio Antonio G. Egler **

INTRODUÇÃO

O Brasil ingressa no último decênio do Século XX em meio a uma profunda crise econômica. Seu produto interno bruto *per capita* praticamente não cresceu durante os anos 80, permanecendo nos níveis iniciais da década, já considerada perdida. A forte contração da atividade econômica, em resposta à política recessiva posta em prática em 1981, interrompeu o período de crescimento inaugurado em 1968 e expôs as contradições latentes da política econômica do período autoritário.

A profunda instabilidade estrutural manifesta-se na persistente espiral inflacionária que, a despeito de uma sucessão de choques econômicos destinados a contê-la, rapidamente assume os níveis anteriores e ameaça retomar a escalada em direção à hiperinflação, reduzindo as análises ortodoxas de eco-

nomia política e os instrumentos heterodoxos de política econômica a discursos vazios em busca da utopia da estabilidade.

O legado da modernização autoritária é o esgotamento fiscal e financeiro do Estado, que, desprovido dos mecanismos fundamentais de controle sobre a economia - apesar das tentativas bonapartistas de retomá-los -, tem sido incapaz de sinalizar alternativas consistentes de superação da crise e retomada do crescimento. Neste quadro, aquilo que havia sido o "projeto nacional", mantido através da coerção autoritária, fragmenta-se em uma multiplicidade de interesses privados, cuja lógica responde tanto a objetivos corporativos, como também aos reclamos regionais.

Aparentemente, é um anacronismo retomar o debate sobre a questão regional em uma economia que já atingiu elevados níveis de integração territorial, como é o caso do Brasil dos anos 90. Entretanto, vários argumentos podem ser arrolados em favor da atualidade desta temática. O primeiro deles

* Recebido para publicação em 13 de fevereiro de 1992.

** Laboratório de Gestão do Território - LAGET - Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

provém das experiências de reestruturação produtiva das economias centrais, cujas estratégias de reconversão industrial possuem uma nítida dimensão territorial, mesmo considerando os países que primam por uma tradição "liberal" de política econômica, como é o caso dos EUA, onde a intensificação dos movimentos regionalistas, durante a década de 70, pode ser explicada pelo aumento do desemprego decorrente dos recentes deslocamentos industriais e pelo aumento das disparidades inter-regionais, provocados pela crescente mobilidade do capital no espaço econômico norte-americano (Markusen 1987: 241-2).

O segundo argumento pode ser buscado nos conflitos e ajustes que se manifestaram na elaboração da nova Constituição brasileira em 1988, onde os interesses regionais - principalmente dos representantes dos estados das Regiões Norte e Nordeste - se manifestaram como um bloco coeso na defesa da vinculação do gasto público a propostas imprecisas de reduzir as disparidades inter-regionais, através de uma redistribuição "cambodjana" de despesas segundo critérios populacionais, que provavelmente somente acentuará os conflitos regionalistas em torno da divisão dos, já escassos, fundos públicos (Serra, 1989: 100).

No terceiro argumento, é importante desvendar a componente regionalista das propostas de superação da crise colocadas na mesa de discussão, principalmente no que diz respeito à política industrial e regional. Existe um conflito latente de interesses políticos e econômicos, conflito este que é inerente à própria formação social brasileira e reside na base do pacto de poder que deu sustentação à modernização autoritária, que garantiu a transição "gradual" para a democracia e que hoje confere, à economia brasileira, uma rigidez estrutural que dificulta as saídas negociadas para a crise. Um exemplo desta componente está presente na proposta extemporânea de implantação de Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs - ou a ampliação das cotas e dos setores isentos da Zona Franca de Manaus - ZFM -, enquanto pretensos instrumentos para conferir maior abertura da economia brasileira ao mercado internacional, permitir a incorporação de novas tecnologias e garantir o desenvolvimento regional (Egler, 1990).

O PERÍODO HISTÓRICO DA CRISE

O final dos *trente glorieuse*¹ foi marcado, não apenas pela profunda recessão, que se propagou como ondas de choque por toda a economia mundial, mas principalmente pela queda dos mitos e utopias construídos durante a primeira metade do Século XX sobre as alternativas de evitar a crise. O primeiro a cair foi o do *Welfare State*, entendido como resposta capitalista à depressão de 29 e como receita econômica anticíclica. "Ele teve como meta repropor uma idéia de progresso e regenerar uma capacidade do capitalismo de expressar uma 'racionalidade' geral. O novo tipo de relação entre economia e Estado foi visto e proposto como um processo através do qual a 'racionalidade' da grande empresa capitalista se estendia à sociedade adequando-a, reordenando-a" (Ingrão, 1978: 12).

O segundo é o colapso do "socialismo soviético", nascido em 1917 como alternativa de desenvolvimento acelerado e mudança social a partir da planificação estatal centralizada. Fundado na máxima leninista de que o "comunismo é igual ao socialismo mais eletricidade", ele procurava também expressar a mesma 'racionalidade' geral, embora no sentido oposto, de que somente o aparelho centralizado de estado seria capaz de vencer a anarquia das decisões econômicas privadas e garantir o crescimento estável e a distribuição equânime da riqueza social.

O conceito de crise é bastante abrangente e sua generalização nos dias atuais levou a uma verdadeira inflação de crises (econômica, política, social, ideológica). Para precisá-lo um pouco mais é necessário romper tanto com a visão funcionalista, como também com o evolucionismo do marxismo vulgar. A primeira considera a crise como um rompimento temporário do funcionamento harmonioso do "sistema" capitalista, momento este que será rapidamente superado pelo estabelecimento de uma nova ordem "funcional".

O segundo considera o imperialismo como estado de crise permanente e geral da última fase do capitalismo, que estaria adiantando seu *derrumbe* final através de expedientes diversos. Esta concepção acaba por des-

¹Os "trinta gloriosos" corresponde aos trinta anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, quando a economia mundial foi marcada por uma prosperidade sem precedentes na história do capitalismo.

truir a própria especificidade do conceito de crise, na medida em que ela se torna um estado constante, variando apenas a sua intensidade de acordo com a eficácia dos mecanismos compensatórios de política econômica.

É importante observar que “os elementos da crise existentes permanentemente na reprodução do capitalismo devem ser tomados em função das transformações próprias ao estágio e à fase que atravessa o capitalismo, mas que no interior desta periodização dispõem-se as *situações de condensação das contradições* (GN) que podemos designar como crises” (Poulantzas, 1976: 6). Isto significa que, embora profundamente marcadas pelos períodos atravessados pelo capitalismo, as crises são momentos particulares onde suas contradições estruturais estão condensadas no tempo.

A questão é verificar quais os impactos desta “condensação de contradições” sobre o espaço. Curiosamente esse tem sido um tema mais abordado por historiadores, do que por geógrafos. Para Braudel (1985), por exemplo, existe uma relação entre o movimento de “centragem, descentragem e re-centragem” da economia mundial e crises profundas e prolongadas. Ele assume ar profético quando afirma que: “Se Nova York sucumbir à provação - no que realmente não creio - o mundo deve encontrar ou inventar um novo centro; se os Estados Unidos resistem, como tudo nos leva a prever, poderão sair mais fortes da experiência, pois que as outras economias correm o risco de sofrer muito mais do que os Estados Unidos em decorrência da conjuntura hostil que atravessamos” (Braudel, 1985: 73).

O fato dos geógrafos não se preocuparem diretamente com estas “conjunturas hostis” deve-se, em grande parte, à tradição de que a “Geografia estava centrada no estudo atento do que é fixo e permanente” herdada de Vidal de la Blache. O próprio Braudel, formado no seio desta concepção, aponta para sua superação ao reconhecer que os conjuntos geográficos não são imóveis, mas sim “conjuntos baseados nos movimentos em si, áreas de influência cujos limites são tratados precisamente em função desses movimentos” (Lacoste, 1988: 198).

Apesar de sua análise centrada na *longue durée* dos processos históricos, Braudel trabalha baseado na “distinção implícita dos diferentes níveis de análise espacial, do lugar restrito às imensas vastidões” e se comporta “como um excelente geógrafo na análise

de situações passadas” (Op. cit.: 204). Qual seria, então, a contribuição dos geógrafos para análise de situações presentes e sob conjunturas críticas? É o próprio Lacoste (1973) que aponta a resposta ao propor que se estabeleça a articulação entre os diferentes níveis de análise espacial, isto é, entre as distintas escalas geográficas.

AS ESCALAS DE ANÁLISE GEOGRÁFICA

O conceito de escala possui significados diversos. Para o economista industrial representa o *optimum* de aproveitamento racional e intensivo dos fatores produtivos, o que se reflete na tendência de queda dos custos unitários de produção. Para o engenheiro-cartógrafo, a escala de um mapa define a abrangência e precisão das informações representadas, constituindo um problema técnico sua definição correta, em função da ordem dos fenômenos representados.

Para a Geografia Econômica, que tanto trabalha com as economias de escala, como com as escalas cartográficas, o conceito permaneceu ambíguo e impreciso. Hoje, entretanto, a necessidade de compreender a espacialidade da dinâmica geral do capitalismo, sem perder de vista as especificidades do local, impõe que se estabeleçam distinções entre as escalas geográficas ou entre os níveis de análise espacial, precisando-os como instrumentos interpretativos do processo de desenvolvimento desigual do capital em sua dimensão territorial.

A questão reside em não apenas definir os diferentes níveis de análise, mas estabelecer as articulações entre eles. “É portanto necessário visualizar as intersecções dos conjuntos espaciais segundo os diferentes níveis de análise, desde os que correspondem a representações em escalas muito pequenas até aqueles que são representações em grande escala” (Lacoste, 1980: 162). É importante não incorrer no erro de reificar estes conjuntos de análise, como a tradição positivista da Geografia fez com as regiões, transformando-as em “entidades reais”, passíveis de classificação sistemática, segundo critérios das ciências da natureza.

“Lembremos, para evitar as clássicas confusões, que estes conjuntos não são ‘objetos reais’, mas ‘objetos do conhecimento’, são

abstrações que destacam as primeiras ordens de grandeza. Cada uma destas abstrações dá conta, de um modo mais ou menos preciso, de um dos múltiplos aspectos que se pode discernir na 'realidade' (...)." Mais do que isto, "o problema que se coloca não é somente o da interação das diferentes categorias de fenômenos, das diferentes instâncias', mas o da articulação entre estes diferentes níveis de análise espacial, pois cada um deles em separado só permite uma visão parcial da 'realidade'" (Op. cit.: 162-3).

É importante ressaltar que a reificação de categorias de análise não é privilégio da Geografia. Um dos exemplos mais notáveis desse processo entre as ciências sociais é a transformação do conceito de "modo de produção" em objetos diferenciados do "mundo real". As várias tipologias dos "modos de produção" são bastante conhecidas e criticadas, entretanto ainda está para ser feita uma discussão mais profunda de sua utilização na construção do conceito de "espaço socioeconômico concreto", tal como concebido por Lipietz (1977). Não está entre os objetivos desse trabalho perseguir este difícil e espinhoso caminho².

A questão das escalas é fundamental para a construção do raciocínio geográfico e espacial. Não se trata de analisar o mesmo fenômeno em escalas diferentes, como apregoava a Geografia tradicional, mas compreender que são fenômenos diferentes porque são apreendidos em diferentes níveis de abstração. O mesmo problema aparece na História, quando se definem os períodos de análise ou em Economia quando se distinguem os processos de curto daqueles de longo prazo. Os diferentes tempos da história não devem ser confundidos, mas precisam ser concebidos em seus entrelaçamentos, da mesma maneira os diferentes espaços de conceitualização necessariamente resultam de um esforço teórico de diferenciação e articulação sistemáticas (Lacoste, 1985).

A dinâmica social no espaço é contraditória e reflete a articulação de distintas escalas, onde os movimentos aparentes nem sempre apontam para um mesmo sentido e direção. O tratamento mecânico das escalas, como meras mudanças quantitativas na ordem e dimensão dos processos, oculta tensões e conflitos que definem campos de forças ca-

pazes de afetar a velocidade das mudanças políticas e sociais. O espaço geográfico não é neutro, nem se apresenta como uma superfície totalmente permeável aos fluxos econômicos que buscam aceleradamente reduzir a fricção da distância e homogeneizar os lugares (Egler, 1990).

Para Taylor (1981) e Smith (1984) é possível distinguir três escalas primárias: o espaço urbano, a escala da Nação-estado e o espaço global, cujo "ponto chave não é simplesmente considerar as escalas espaciais como dadas, não importando quão evidentes por si mesmo pareçam, mas sim entender as origens, a determinação e a coerência interna e a diferenciação dessas escalas como já contidas na estrutura do capital" (Smith, 1984: 197). Santos (1990), por sua vez, define também três níveis de análise interdependentes: o nível mundial, o do Estado-nação e o da região; ressaltando que "o movimento desigual e combinado no espaço, fornecido pelos aspectos regionais ou locais da nova divisão territorial do trabalho no País, (é) reflexo, por sua vez, de nova divisão do trabalho que está se operando à escala mundial" (Santos, 1990: 18).

Em Economia, estas concepções vão de encontro às teses formuladas por Aydalot (1976) sobre os recortes que definem o conjunto de disciplinas que formam a chamada "Economia Espacial". Para ele (Aydalot, 1976: 11): "a partir da observação elementar dos fatos ou das indicações fornecidas por outras disciplinas, o economista adotou certos quadros espaciais de análise. As seguintes clivagens são óbvias:

- Economia Urbana
- Economia Intranacional (Economia Regional)
- Economia 'Não Espacial' (Nacional)
- Economia Internacional".

Criticando as visões que tratam estes níveis de análise como independentes e desarticulados, mostrando que "é inútil considerar as funções de investimento ou as funções de produção próprias a cada espaço", pois é "a dinâmica das atividades, de sua localização, de suas escolhas tecnológicas que levam a investimentos espacialmente diferenciados, a técnicas espacialmente diferenciadas". Aydalot (1976: 14) é enfático ao afirmar que "nós somente queremos mostrar que o objeto da Economia Espacial não é

² É importante ressaltar que a determinação de escalas de análise é congruente com a evolução conceitual da Geografia, enquanto ciência afeita à espacialidade dos processos sociais e históricos, e para quem insistir em perseguir esse caminho recomenda-se a leitura do excelente texto de Coraggio (1987).

o de comparar as estruturas autônomas umas a outras - do modo que é feito até hoje - mas sim de buscar as relações econômicas entre estas estruturas, o que é justamente o que pode justificar tais diferenças de nível”.

A crise assume significado peculiar para a Geografia Econômica, porque a incidência de uma “condensação de contradições” sobre o território amplia e expõe, em toda a riqueza de detalhes, o caráter desigual e combinado do desenvolvimento do capitalismo. É na “conjuntura hostil” que as escalas geográficas constituem um dos instrumentos preferenciais de análise, pois as determinantes da crise, bem como aquelas da reestruturação produtiva e da retomada do crescimento, não residem apenas na dinâmica da economia mundial, não estão restritos aos objetivos políticos nacionais, nem respondem integralmente aos interesses regionais ou locais, mas resultam de uma complexa e articulada combinação destes componentes em um determinado, e instável, momento histórico.

Diversas concepções procuram explicar as origens da crise e os rumos do processo de reestruturação da economia mundial. Dentre elas, devido às suas implicações territoriais, podemos destacar três grandes linhas teóricas:

- as análises que privilegiam os ciclos ou ondas longas de inovações, enquanto rupturas periódicas no processo de acumulação capitalista.
- as teses da chamada “Escola da Regulação Francesa”, que analisam a crise a partir do esgotamento do “fordismo”, enquanto regime de acumulação capitalista.
- as concepções que conferem papel de destaque à concorrência, enquanto elemento mediação fundamental entre as leis de tendência e a dinâmica concreta das economias capitalistas.

Para avaliar o papel dos níveis de análise espacial na compreensão da dimensão territorial da crise será feita uma curta explanação destas três linhas teóricas apontando suas vantagens e principais limitações.

OS CICLOS OU ONDAS LONGAS DE INOVAÇÃO

A teoria das ondas longas de inovações foi formulada originalmente por Kondratieff

(1935) a partir da análise da crise da década de 20. Sua concepção original partia do ciclo “natural” de substituição dos bens de capital de longo período de amortização, que repercutia diretamente no comportamento, também cíclico, do mercado financeiro. Para Kondratieff este processo de expansão/retração da base produtiva ocorreria em períodos regulares de aproximadamente cinquenta anos, divididos em uma fase “A” expansiva e em uma fase “B” recessiva. Kondratieff e seus seguidores definiram, grosso modo, as seguintes ondas longas:

ONDA LONGA KONDRATIEFF	FASES			
	+	A	+	B
I	1780-90	1810-17	1844-51	1890-96
II	1844-51	1870-75	1914-20	1940-45
III	1890-96	1914-20	1967-73	?
IV	1940-45	1967-73		

Schumpeter (1939) também trabalhou a conjunção de investimentos de longa maturação em períodos relativamente concentrados no tempo, embora sua explicação para os ciclos longos estivesse focada na introdução de um feixe de inovações primárias que abrisse uma nova fronteira para os negócios na fase expansiva e que gradativamente fosse perdendo seu dinamismo na fase recessiva. Para Schumpeter, estas inovações primárias relevantes foram a metalurgia do ferro e o tear mecânico no primeiro ciclo; a máquina a vapor, a ferrovia e o processo Bessemer de fabricação de aço no segundo; a energia elétrica, a indústria química e de materiais sintéticos e o início da automobilística no terceiro. Os neo-schumpeterianos assumem o quarto ciclo nas inovações da indústria automobilística, petroquímica, aeronáutica e nuclear do pós-guerra e prevêem um quinto ciclo de inovações com base na microeletrônica, informática, biotecnologia e novos materiais para os anos futuros.

A importância destas concepções está no rompimento da visão neoclássica de que a dinâmica do capitalismo é marcada pela estabilidade a longo prazo, entretanto seus principais críticos, embora concordem com a instabilidade do investimento e com a conjunção dos feixes de inovações primárias no tempo, duvidam da regularidade “natural” de cerca de cinquenta anos na ocorrência do processo de crise e reestruturação da economia mundial. Os marxistas têm si-

do céticos na adoção das ondas longas, embora Mandel (1980) na sua análise do capitalismo tardio tenha incorporado os ciclos longos como resultantes da tendência a perequação da taxa de lucro no capitalismo monopolista, assim uma onda expansiva ocorreria quando estivessem operando mecanismos que contra-restassem o declínio da taxa de lucro, entrando na fase depressiva quando esgotasse o efeito destes mecanismos e a tendência voltasse a impor seus inexoráveis desígnios sobre o movimento do capital. Esta visão se inclui entre as concepções estagnacionistas e de crise permanente do capitalismo.

A retomada das análises fundadas nas ondas longas como explicação para a crise e reestruturação da economia mundial pode também ser encontrada nos trabalhos do Science Policy Research Unity - SPRU - da Universidade de Sussex, Grã-Bretanha, onde se destacam as coletâneas organizadas por Freeman (1984 e 1986) e o trabalho original de Dosi (1984) acerca das mudanças técnicas na estrutura industrial. Outra linha que procura resgatar as ondas longas em uma dimensão mais abrangente é aquela que procura romper com os limites da base econômica e técnica da teoria e ampliar seu espectro analítico através da introdução do conceito de estruturas sociais de acumulação (Kotz, 1987). No Brasil, o principal analista a empregar as ondas longas Kondratieff em suas interpretações da dinâmica da economia brasileira é Inácio Rangel (1982), que as utiliza para explicar o processo de industrialização periférica e para interpretar a natureza das crises do capitalismo brasileiro, que com a implantação de um departamento produtor de bens de produção também responderia a um comportamento cíclico de média duração: os ciclos de Juglar. Para este autor, a concordância da fase B do Quarto Kondratieff com a fase contracionista do ciclo médio é responsável pela atual crise que atravessa a economia brasileira. O principal e grande mérito deste autor pioneiro é a insistência na necessidade de uma saída planejada para a ocupação dos recursos ociosos que se formaram na economia durante a fase recessiva.

É inegável que a concepção dos ciclos de inovação constituem um avanço importante diante de uma visão linear do crescimento da economia, entretanto a sua pretensa regularidade e sua determinação técnica podem levar a interpretações do tipo *Deus ex*

machina, onde a inovação tecnológica goza de total autonomia em relação aos fatores históricos, econômicos e sociais. Não são poucas as análises que centralizam o foco nas "revoluções tecnocientíficas" como motoras do desenvolvimento humano, sejam elas marxistas ou funcionalistas, muitas delas incapazes de ocultar o mito do "Prometeu desacorrentado" que lhes dá substrato e que confere à ciência e à tecnologia uma falsa neutralidade social, que alimenta a crença positivista da ordem natural como via necessária para o progresso humano. Nesse sentido, o relevo conferido à mudança tecnológica confere também caráter automático à saída da crise, que no atual momento, segundo os neo-schumpeterianos, está expressa na difusão das chamadas "novas tecnologias" de base microeletrônica, cabendo aos mentores e executores da política econômica e da gestão do território atuar no sentido de retirar os obstáculos e criar condições favoráveis para a plena vigência da nova onda de inovações.

Do ponto de vista espacial, diversos autores buscaram aplicar as ondas longas na análise da dinâmica econômica no espaço e seus efeitos sobre o desenvolvimento regional (Marshall, 1987), entretanto foi Wallerstein (1979 e 1983) que utilizou as ondas longas Kondratieff para construir uma abrangente e ambiciosa concepção que sintetizasse as transformações da economia-mundo, categoria derivada da formulação braudeliana, onde o sistema capitalista se apresenta, desde a sua origem no Século XV, como uma estrutura fundada na existência de um único mercado mundial, onde as mercadorias são produzidas primordialmente para valorizar o capital nelas investido e o desenvolvimento das trocas com o exterior constitui condição inerente ao próprio surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista. Taylor (1985) e Knox e Agnew (1989) aplicaram essa concepção na Geografia da crise do mundo contemporâneo. Taylor (1985) utiliza o conceito de economia-mundo de Wallerstein e as ondas longas de Kondratieff para construir uma matriz espaço-temporal procurando expor as principais transformações na estrutura do sistema capitalista desde as suas origens, diferenciando-a segundo os três setores adotados por Wallerstein: centro, semiperiferia e periferia. Knox e Agnew buscam interpretar o processo de expansão territorial da economia-mundo capitalista desde suas origens na Europa Oci-

dental até a sua globalização sob a hegemonia dos Estados Unidos.

Este referencial é útil para uma primeira aproximação às dimensões globais do processo de crise e reestruturação por que passa a economia mundial capitalista no final deste século, principalmente no que diz respeito ao seu fundamento mercantil e desigual. Foi utilizado por Becker e Egler (1992) para a análise da inserção do Brasil na economia mundial, entretanto, como foi apontado, ela possui limitações justamente no que diz respeito às articulações contraditórias entre o movimento global e a dinâmica dos componentes nacionais e mesmo regionais, fazendo-se necessárias análises complementares sobre as especificidades do desenvolvimento do capitalismo nas diversas parcelas nacionais que compõem a economia-mundo, ressaltando que sua principal vantagem está em permitir estudos comparativos a nível internacional. É difícil não reconhecer - nessa concepção abrangente do desenvolvimento do capitalismo - o risco da sobre-determinação da lógica da economia-mundo sobre a de suas partes constituintes, o que transparece na utilização do mecanismo simplificador das trocas desiguais³ para descrever as relações entre centro e periferia como derivadas da exploração colonial, reescrevendo algumas teses equivocadas sobre o imperialismo.

A "ESCOLA DA REGULAÇÃO" E A CRISE DO FORDISMO

A autodenominada "Escola da Regulação" nasceu da análise da atual crise da economia capitalista e se propõe a uma das mais ambiciosas revisões do pensamento marxista, utilizando largamente formulações keynesianas, para explicar as origens da crise e seus desdobramentos prováveis. Sua matriz teórica original é a obra de Aglietta (1976) sobre a regulação e crise do capitalismo norte-americano, onde foram expostos os rasgos fundamentais desta "Escola" que tem seguidores em todas as partes do mundo. Neste trabalho, foi empregado o conceito de fordismo, que assume um papel angu-

lar para a "Escola da Regulação", já que cristaliza várias de suas categorias teóricas e sintetiza suas principais concepções acerca do período posterior à Segunda Grande Guerra.

O fordismo, enquanto forma de organização do processo de produção, está descrito nos textos de Aglietta (1976), Palloix (1976) e Coriat (1976), e representa um aprofundamento do taylorismo, enquanto aplicação da técnica ao processo de trabalho visando a acelerar a conclusão do ciclo mecânico e ocupar os tempos vazios do processo produtivo. O taylorismo manifesta "um princípio geral de organização que reduz o grau de autonomia dos trabalhadores e os coloca sob uma permanente vigilância e controle no cumprimento do *output norm*" (Aglietta, 1976: 114). Ele é uma resultante da Segunda Revolução Industrial e o fordismo é a sua expressão no período posterior à Segunda Grande Guerra, onde se generalizou a cadeia de montagem semi-automática que "desenvolveu ainda mais a mecanização do trabalho, incrementou a intensidade do trabalho, radicalizou a separação entre o trabalho manual e o trabalho mental, submeteu rigorosamente os trabalhadores à lei da acumulação e tornou o progresso científico contra eles como um poder a serviço da expansão uniforme do valor" (Op.cit: 117-8).

Desde logo é possível perceber que a concepção do fordismo privilegia as relações entre a tecnologia e o processo de trabalho, o que já é um elemento fundamental para distingui-lo, enquanto formulação teórica, das ondas ou ciclos longos de inovação, embora não esteja isento de críticas quanto à sua consistência, enquanto categoria descritiva das transformações do processo de produção, como aponta Moraes Neto (1988). Entretanto, para os membros da "Escola da Regulação", isto é apenas a forma elementar do conceito. Para eles o fordismo é essencialmente o regime de acumulação intensivo que garantiu a formidável expansão da economia capitalista no pós-guerra.

Um regime de acumulação é "o conjunto de regularidades que assegura uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação de capital, ou seja, que permitam absorver ou repartir no tempo as distorções

³A questão das trocas desiguais foi objeto de um longo debate durante os anos 70, cujos resultados, do ponto de vista teórico, foram pouco animadores (Ver Emmanuel (1973) e Bettelheim (1973)), por exemplo. A possibilidade da existência de uma troca desigual em quantidades de valor-trabalho entre distintas economias nacionais apresenta um percalço lógico de difícil aceitação, pois trata-se da aplicação direta do conceito abstrato de valor ao comércio internacional dos dias atuais, em uma tardia recuperação do pensamento ricardiano, que "obscurece, mais do que esclarece, o fato (G.A.) da irreduzibilidade da formação de preços em escala internacional ao valor-trabalho" (Tavares, s/d: 25).

e desequilíbrios que surgem permanentemente ao longo do processo” (Boyer, 1986: 72). Segundo os regulacionistas, desde a Primeira Revolução Industrial até a Primeira Grande Guerra dominou nas economias capitalistas um regime de acumulação de caráter extensivo, fundado na expansão do departamento produtor de bens de produção, no entanto, a partir da Segunda Grande Guerra, o regime de acumulação seria intensivo, isto é, apoiado no consumo de massas, com os assalariados fazendo parte integrante do processo de acumulação e reprodução capitalista, cuja dinâmica se expressaria nos crescentes ganhos de produtividade em relação aos aumentos dos salários reais. Assim definido o fordismo, é fácil deduzir suas explicações sobre as raízes da crise que estão na desaceleração geral dos ganhos de produtividade que, a partir do final da década de 60, começou a afetar o núcleo do sistema fordista de produção: a indústria automobilística (Boyer, 1979).

Os motivos desta desaceleração para os regulacionistas não estão na inflexão das ondas longas, como procuram insistentemente mostrar, mas sim em que “esta forma de organização do trabalho (o fordismo), baseada na expropriação da maioria dos produtores do controle de sua atividade, reduziu as fontes de produtividade apenas à atividade dos engenheiros e técnicos, que só podem aumentar a produtividade de todos os agentes através das máquinas mais complexas por eles concebidas. Entende-se por que a desaceleração da produtividade anda junto com o crescimento do coeficiente de capital fixo *per capita*” (Lipietz, 1985: 59). Em outras palavras, para este autor os capitalistas deixaram de investir porque a elevação da composição orgânica do capital nos setores dinâmicos tornou-se muito elevada reduzindo os ganhos de produtividade sobre os salários. Neste aspecto, é necessário concordar com Possas (1988) em que os percalços lógicos da “Escola da Regulação” “atravessam com excessiva rapidez o espaço teórico extremamente difícil - porque repleto de questões pendentes, proposições inconclusivas e abordagens contraditórias - entre o alto nível de abstração em que se movem conceitualmente no âmbito da reprodução/regulação, e os movimentos de conjuntura da crise, da política econômica e das lutas sociais” (Possas, 1988: 207).

Do ponto de vista espacial, o principal teórico da “Escola da Regulação” é Lipietz

(1985) que procura aplicar o conceito de fordismo à economia internacional, utilizando a estrutura centro/periferia e criando os conceitos de “taylorização primitiva” e “fordismo periférico” para analisar os deslocamentos espaciais da grande empresa em direção às economias de industrialização recente, como o Brasil, o México e a Coréia. O “fordismo periférico” é uma resultante imediata da própria lógica do fordismo e de suas alternativas para contra-restar a queda de produtividade nas economias centrais “através da ampliação da escala de produção, e à procura de regiões oferecendo salários mais baixos” (Lipietz, 1985: 88). Este movimento do centro para a periferia se faz através da difusão de estações de trabalho parcelizadas e repetitivas que buscam apenas utilizar a mão-de-obra barata da periferia nas fases de montagem de produtos que serão reexportados para o centro. É a “taylorização primitiva”, segundo Lipietz (Op.cit.: 92), que vai se instalar nas Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs - da Coréia ou Formosa ou na *border zone* mexicana.

Esta fase inicial não pode ser classificada como “fordismo”, já que apenas parcela do processo produtivo é transferida do centro. O “fordismo periférico” somente começou a generalizar-se a partir dos anos 70, quando se consolida a industrialização de algumas economias periféricas, os Newly Industrialized Countries - NICs -, que, embora traga as características básicas do “fordismo”, como a produção seriada de bens de consumo duráveis, é “periférico” porque somente apóia-se em uma parcela do mercado, formada pelas classes médias urbanas, sem que generalize o consumo de massas que caracteriza o “fordismo central”. Esta concepção de Lipietz recebeu críticas de membros da própria “Escola da Regulação”, que consideram que “alimentou-se uma confusão entre os suportes técnicos do fordismo (a linha de montagem...) e suas características econômicas e sociais. Assim, o fordismo é, essencialmente, a integração num mesmo espaço das normas de produção e consumo. Portanto, quando observamos uma forte ausência de sincronia entre a divisão internacional do trabalho e a de consumo, a contradição entre os termos aparece” (Boyer, 1986: 151).

A crítica de Boyer ressalta as especificidades do fordismo, enquanto regime de acumulação, vis-à-vis a sua concepção mais difundida de processo técnico de produção, fre-

qüentemente utilizada por analistas da dinâmica espacial para justificar as mudanças na distribuição territorial da riqueza em função da crise e da reestruturação produtiva. Nesse sentido, a advertência quanto ao uso indiscriminado do termo “fordismo” é procedente. Por outro lado, a concepção de dinâmica espacial de Lipietz já estava esboçada em obra anterior (Lipietz, 1977) e simplesmente foi adaptada para conter o “fordismo”. Sua concepção da dinâmica espacial na economia mundial parte da incessante busca do capital de reverter a queda tendencial da taxa de lucro (Lipietz, 1977: 76). No caso de sua aplicação ao “fordismo”, o movimento passa a ser explicado pela tentativa de reverter a queda de produtividade nos setores “fordistas” centrais que “empurra” o capital para a periferia. Esta visão não oculta sua vinculação às concepções vulgares do imperialismo, que procuram explicar o movimento geral da economia internacional a partir do comportamento das economias dominantes quanto à realização de sua produção ou quanto ao comportamento de sua taxa média de lucro. Nestas concepções é patente a tentativa de transpor as leis gerais de movimento da economia capitalista para o mundo real, sem as necessárias mediações entre as formulações abstratas e a realidade econômica e social concreta.

O principal mérito do “fordismo” e da “Escola da Regulação” é o resgate do Estado que, através da gestão da moeda e da força de trabalho, constitui parte integrante do modo de regulação. “Sabe-se que um regime de acumulação não fica planando, espiritualizado, no mundo etéreo dos esquemas de reprodução. Para que tal esquema se realize e se reproduza em caráter permanente é necessário que algumas forças institucionais, procedimentos, hábitos, que agem como forças coercitivas ou incentivadores, levem os agentes privados a se conformarem com tais esquemas. Esse conjunto de formas é chamado de *modo de regulação* (Lipietz, 1985: 49). Desta maneira, as duas últimas décadas foram marcadas pela crise do modo de *regulação “monopolista”* ou “administrado”, que representava a estrutura institucional que havia conseguido superar a grande crise de 1929. Segundo os regulacionistas, trata-se atualmente de orientar as metas de política econômica no sentido de facilitar a *“emergência de um novo modo de regulação adequado*, processo no qual o Estado pode tentar participar, menos direta do que indiretamente” (Boyer, 1986: 37).

No Brasil, um exemplo de aplicação dos princípios da “Escola da Regulação” na análise da crise atual pode ser encontrado nos trabalhos de Oliveira (1988), onde introduz o conceito de “fundos públicos”, como gestado durante o período do *Welfare State* e que se tornou instrumento de reprodução tanto do capital, como da força de trabalho. A tese de Oliveira defende a emergência de um “antivalor” (*sic*), na medida em que “o padrão de financiamento público ‘implodiu’ o valor como único pressuposto da reprodução ampliada do capital, desfazendo-o parcialmente enquanto medida da atividade econômica e da sociabilidade em geral” (Oliveira, 1988: 14). A despeito da visão neo-ricardiana de valor, enquanto medida da atividade econômica, a concepção de Oliveira vai situar o “fundo público” como elemento fundamental na formação da taxa média de lucro no setor oligopolizado da economia, “regulando”, portanto, a concorrência entre blocos de capital, dando uma resposta pouco convencional ao problema da transformação de valores em preços. Oliveira vai além da “Escola da Regulação” em sua concepção do Estado e de seu papel na gestão dos “fundos públicos”, colocando-o no centro da crise atual e assumindo, de maneira pouco convencional, as teses do *derrumbe* do capitalismo, pois, uma vez estabelecido o controle social sobre os fundos públicos, tarefa fundamental em sua via de superação da crise, ter-se-á “a estrutura de um novo modo de produção em sentido amplo, de uma forma de produção do excedente que não tem mais o valor como estruturante. Mas os valores de cada grupo social, dialogando soberanamente. Na tradição clássica é a porta para o socialismo” (Oliveira, 1988: 28).

Oliveira (1990) aplicou sua concepção na análise da questão nordestina no Brasil, definindo a categoria de “regulação autoritária” para descrever a utilização dos “fundos públicos” durante o período autoritário, onde a lógica privada orientou a utilização dos recursos públicos. Mais do que isto, “os mecanismos financeiros que presidem a expansão capitalista no Nordeste configuram um novo papel dos fundos públicos na constituição do capitalismo contemporâneo. Poderiam ser listados como estando na vanguarda de um *capitalismo financeiro em geral*, que se arma a partir dos fundos públicos, se concretiza e se torna capital privado na órbita da produção, se traveja na modernidade de

uma nova relação capital-trabalho, irriga o bem-estar na forma de gastos sociais públicos, escanteia o acaso e o aleatório dos processos econômicos e sociais até os limites do possível em contextos históricos determinados (...)” (Oliveira, 1990: 68-9).

Neste raciocínio, a passagem do nível nacional para o regional é feita através dos “fundos públicos”, que atuam como “argamassa principal dos capitais” em busca de valorização, conferindo uma estrutura nacional às diversas frações de capital investidas regionalmente (Op.:Cit.: 78). Para Oliveira houve uma “desregionalização da economia”, na medida em que as economias regionais estão integradas nacionalmente, entretanto os “fundos públicos” desempenham um duplo papel: são base para a formação do “capital financeiro geral” e são também objeto de disputa pelas diversas frações regionais de capital, destruindo e recriando questões e querelas regionais, onde o Nordeste tem papel de destaque (Op.:cit.: 89). Do ponto de vista analítico, Oliveira recria sua concepção anterior de “homogeneização do espaço” (Oliveira, 1977), agora expressa nos “fundos públicos”, enquanto *locus* de regulação geral da economia e da sociedade. Entretanto, embora esta visão possa ajudar a lançar um pouco de luz sobre o conturbado período vivido atualmente, visto como uma crise do modo de regulação, não contribui muito para analisar os seus possíveis desdobramentos territoriais, já que a sobredeterminação do Estado e da questão nacional vela as características peculiares das regiões e seus papéis diferenciados na reestruturação produtiva.

CONCORRÊNCIA, TECNOLOGIA E CRISE

Diversos analistas têm colocado papel de destaque na relação entre os padrões de concorrência e o processo de introdução de inovações como um dos elementos importantes para explicar a crise e a reestruturação produtiva da economia mundial. De modo distinto das concepções anteriores, que ora estão enfeixadas em torno de uma noção central, como as ondas longas, ora grupadas em uma “Escola”, como os seguidores da regulação, as análises que procuram ressaltar a concorrência, enquanto aspecto importante da dinâmica econômica,

estão, pela própria natureza do referencial analítico, dispersas nas obras de vários autores, que vão dos textos já clássicos de Steindl (1952) e Labini (1964) até sínteses recentes de economistas brasileiros como Conceição Tavares (1978) e Possas (1985 e 1987).

De um modo simplificado, a questão central para estes autores está em estabelecer o nexo entre as decisões de investimento dos vários blocos de capital e o comportamento da economia capitalista como um todo. É nesse sentido que a concorrência, enquanto um “processo de defrontação (‘enfrentamento’) dos *vários capitais*”, deve ser pensada, como parte integrante inseparável do *movimento global de acumulação* de capital, em suas diferentes formas e que lhe imprime, na qualidade de seu móvel primário e vetor essencial, uma *direção e ritmo* determinados e em *conteúdo* historicamente específico. Em outros termos, trata-se do *motor básico da dinâmica* capitalista (...) (Grifos do Autor) (Possas, 1985: 174).

A concorrência assume materialidade na conformação das *estruturas de mercado*, que expressam as especificidades do processo competitivo nos diversos ramos da atividade capitalista. Para caracterizá-las é necessário definir um determinado *padrão de concorrência* nelas vigente, que é composto por uma forma de *inserção* das empresas na *estrutura produtiva* - isto é, sua posição no sistema industrial que envolve desde os requerimentos tecnológicos até a utilização dos produtos -, e as *estratégias de concorrência*, compreendendo as decisões estratégicas das empresas líderes no que diz respeito aos aspectos tecnológicos, financeiros e mercadológicos (Op.:cit.: 175).

A questão central está nas relações entre as estratégias de concorrência e a introdução do progresso técnico. De um lado, a conquista de uma inovação importante pode garantir ganhos monopólicos a uma determinada empresa durante um certo período de tempo. Por outro, a existência de um padrão tecnológico com o mínimo de estabilidade é uma exigência para definir as condições de sua inserção na estrutura produtiva, já que mudanças bruscas podem postergar decisões de investimento ou condenar à obsolescência precoce parcelas ponderáveis de capital. É importante considerar que o progresso técnico possui uma componente autônoma determinada pelos avanços da ciência e da técnica, cabendo às decisões econômicas vencer as barreiras que separam os laboratórios das fábricas. Neste sentido, não há

como discordar de Possas (1985: 177) quando afirma que a tecnologia é uma arma “ariscada como instrumento na luta competitiva, devendo ser aplicada com cautela e parcimônia”. Em poucas palavras, existe um preço a pagar e um risco a correr para desacorrentar Prometeu.

As raízes da crise encontraram ambiente fértil justamente no padrão de acumulação que havia sustentado um crescimento sem precedentes da economia mundial capitalista no período posterior à Segunda Guerra Mundial. Esse padrão foi construído sobre a base técnica definida pela liderança das indústrias automobilística, eletroeletrônica e petroquímica, cujas inovações mais importantes datam do início do Século XX, que operando com elevadas escalas de produção e grande demanda de energia e matérias-primas consolidou grandes complexos industriais e expandiu o mercado e a fronteira de recursos naturais por toda a superfície da terra.

Esse modo de desenvolvimento capitalista encontrou sua expressão mais elaborada na definição de um espaço monetário mundial fundado no dólar norte-americano, enquanto padrão internacional de trocas e de reserva de valor. A hegemonia norte-americana permitiu que sua moeda nacional constituísse “um equivalente geral na escala do mercado capitalista mundial” (De Brunhoff, 1977: 137). O sistema definido em Breton Woods não apenas sancionou a hegemonia norte-americana sobre seus parceiros comerciais, como colocou sob sua responsabilidade a gestão da moeda internacional. A definição do espaço monetário mundial conferiu uma mobilidade sem precedente aos capitais em busca de valorização, viabilizando o cálculo capitalista em qualquer parte do planeta.

No entanto, paralelamente a este processo de homogeneização espacial, o rompimento das estruturas coloniais definidas na virada do século promoveu uma vertiginosa multiplicação de territórios formalmente independentes, o que fez com que Hobsbawm (1977) comparasse a Organização das Nações Unidas aos “últimos estágios do Sacro Império Romano”. Sem entrar no mérito desse processo, é fácil perceber que a profusão de moedas nacionais, utilizadas preferencialmente para pagar salários, e a multiplicação de fronteiras políticas não favoreceram um incremento proporcional da mobilidade do trabalho em escala internacional, principalmente entre as jovens nações da África e da Ásia.

Neste espaço econômico mundial fracionado em territórios nacionais, a grande empresa oligopólica atingiu dimensões transnacionais. Gestada pela associação do capital bancário com o industrial, nutrida pela proteção estatal durante a fase clássica do imperialismo, a grande corporação encontrou, na estrutura espacial moldada no pós-guerra, condições extremamente propícias para ampliar e diversificar as suas operações. Boa parte da Geografia Econômica dos “trinta gloriosos” foi escrita através da concorrência entre corporações transnacionais na busca de lugares e posições privilegiadas na economia mundial. Detentoras de grandes massas de capital, que lhe permitiam acesso a economias de escala, controlando o processo de introdução do progresso técnico e dispondo de estruturas centralizadas de gestão e planejamento estratégico, as grandes empresas oligopólicas - principalmente norte-americanas - estavam capacitadas a ampliar os limites de sua área de atuação, sem a necessidade da intervenção direta do Estado. A *Pax Americana* definiu os contornos gerais do espaço econômico no cenário da Guerra Fria, entretanto foram as próprias empresas, através de barreiras econômicas à entrada de competidores, que traçaram as fronteiras de seu território de operação.

As análises de Geografia Econômica registram o papel desempenhado pelas múltiplas localizações no processo de concentração do poder econômico. De acordo com Pred (1977: 97-8), “há ampla documentação sobre o fato de que desde o fim da Segunda Guerra Mundial as grandes empresas multilocacionais têm ganho um lugar destacado na economia dos países ‘pós industriais’”. Citando o exemplo da Inglaterra, da Suécia e dos EUA, ele mostra que estas empresas têm crescido sistematicamente sua participação no produto, no emprego e nas exportações das economias avançadas. Entretanto, a Geografia Econômica não tem sido capaz de analisar o papel destas múltiplas localizações sob a ótica da concorrência intercapitalista. Uma das poucas tentativas de enfrentar esta questão está na aplicação da tese da “reação oligopolista” (Knickerbocker, 1973), onde a decisão locacional de uma corporação pode gerar respostas similares de seus concorrentes (Gwynne, 1979). Assim, se um membro do oligopólio mundial decidiu ocupar uma determinada área de mercado, é provável que os demais procurem segui-la para evitar com que um temporário mono-

pólio territorial confira ganhos extraordinários à empresa pioneira. Esta concepção recebeu suporte empírico por uma extensa pesquisa realizada por Michalet e Delapierre (1973) junto às empresas multinacionais francesas, que indicaram como motivos básicos para a internacionalização: a busca de vencer barreiras aduaneiras ou regulamentares e assegurar posições satisfatórias em novos mercados.

É curioso observar que estas formulações retomam algumas das teses originais de Hilferding (1910) acerca da exportação de capital e a luta pelo território econômico, às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Para ele, “enquanto, por um lado, a generalização do sistema protecionista aspira a desmembrar progressivamente o mercado mundial em territórios econômicos individuais separados por estados, a evolução para o capital financeiro eleva a magnitude do espaço econômico. Este sempre foi de grande importância para o desenvolvimento da produção capitalista. Quanto maior e mais povoado for o espaço econômico, tanto maior pode ser a unidade empresarial e, portanto, tanto menores os custos de produção e tanto mais acentuada também a especialização interior das empresas, o que significa igualmente redução dos custos de produção” (1910: 293).

O caráter contraditório entre a busca de ampliação do espaço econômico e o desmembramento do mercado mundial em territórios econômicos assumia, naquele momento histórico, dimensões antagônicas. Hilferding descrevia a política do capital financeiro como perseguindo três objetivos básicos: “Primeiro a criação do maior território econômico possível. Segundo, este é fechado pelas muralhas do protecionismo contra a concorrência estrangeira. Terceiro, converte-se assim o território econômico em área de exploração para as associações monopolistas nacionais” (1910: 306). O resultado destas disputas territoriais não poderia ser distinto do que duas grandes guerras mundiais. É importante, antes de prosseguir a análise em direção aos dias atuais, precisar um pouco melhor os conceitos de espaço e território econômico, que na tradução do texto de Hilferding são empregados de modo indistinto. A lógica do capital financeiro seria criar o maior *espaço econômico* possível, a seguir transformá-lo em um *território econômico* protegido por barreiras políticas e alfandegárias, o que garantiria sua exploração por associações monopolistas nacionais. A diferença fun-

damental do período descrito por Hilferding e a fase posterior à Segunda Guerra estava na capacidade da grande empresa em estabelecer *economicamente*, através das barreiras à entrada e da administração planejada da capacidade ociosa, os limites de seu território de atuação, prescindindo formalmente do Estado protetor para afastar seus concorrentes.

Esta observação não significa que o Estado-nação fosse dispensável, pelo contrário ele não foi, nem é, neutro diante da concorrência entre os blocos de capital em escala planetária. Ele não é o gestor dos “fundos públicos”, que substitui a concorrência, como pregam alguns teóricos da “Escola da Regulação”, mas tem um papel determinante na gestão da moeda e da força do trabalho, capaz de alterar as condições gerais onde se definem as estruturas de mercado, contribuindo para estabelecer os padrões de concorrência e influenciando diretamente nas condições de geração e difusão do progresso técnico através do gasto público, da garantia e da reserva de mercados. Do mesmo modo que as decisões estratégicas das empresas incluem uma avaliação das componentes políticas das diversas parcelas que compõem a economia mundial, as definições de política econômica dos estados nacionais consideram o comportamento global das massas de capital em busca de valorização, isto hoje inclui mesmo os países socialistas que propugnavam por uma autarquização quase completa de sua economia nacional, como é o exemplo da China.

A crise econômica, social e política que se alastrou através de sucessivas ondas de choque na economia mundial propagou-se de modo desigual pelos diversos segmentos que a compõem. Nações e regiões foram atingidas na velocidade e intensidade de sua vinculação aos vetores de propagação, dentre os quais se destacam o comércio e o sistema financeiro internacional. O epicentro da crise manifestou-se inicialmente no *core* do espaço monetário mundial, quando, em agosto de 1971, os Estados Unidos foram obrigados a cancelar o compromisso, assumido em Breton Woods, de converter em ouro os dólares de propriedade estrangeira. Neste momento, a moeda norte-americana foi desvalorizada duas vezes e deflagrou-se uma rápida sucessão de falências de bancos e empresas e “o mundo comercial deuse conta, sem demora, de que uma nova fa-

se era iminente: uma taxa de desemprego elevada e crescente persistiu durante toda a década de 70" (Magdoff e Sweezy, 1981: 8). As fraturas no espaço monetário mundial resultantes da instabilidade do dólar norte-americano vão se manifestar em bruscas flutuações nas taxas de câmbio e na aceleração dos processos inflacionários nas principais economias industrializadas. Este processo afetou diretamente as condições de financiamento do Estado e de rentabilidade da grande empresa nos diversos segmentos da economia mundial, acirrando a concorrência internacional e deflagrando processos nacionais de reestruturação produtiva, com significativas alterações na base técnica construída no pós-guerra (Tavares, 1990).

A brusca elevação dos preços do petróleo em 1973 repercutiu diretamente sobre a estrutura de produção e circulação de mercadorias em escala mundial. Entretanto, as ondas de choque produziram ajustes diferenciados nas economias industrializadas. A economia norte-americana, de longe a maior produtora e também a maior consumidora de energia, pôde absorver o choque em função de suas dimensões continentais, de sua base de recursos naturais e de seu controle sobre a emissão da moeda internacional e pouco fez, em termos imediatos, em matéria de reestruturação econômica. Na mesma direção alinhou-se a Inglaterra, que abriu a fronteira energética do Mar do Norte com a exploração petrolífera *off-shore* e manteve uma política econômica liberal, com elevado custo social. A França, com o governo socialista de Mitterrand, acentuou sua orientação para a energia nuclear e reverteu o processo de fortalecer a presença do Estado na economia, procurando atrair capitais externos e redefinindo sua posição diante do "Desafio Americano". A Alemanha foi buscar energia, principalmente gás natural, no Leste europeu, reforçando antigas orientações geopolíticas que se confirmaram com a queda do muro de Berlim, ao mesmo tempo que iniciava a reestruturação de sua estrutura industrial,

baseada na estreita associação entre o Estado, o capital industrial e o capital bancário, uma forma avançada do tripé, naquilo que Tavares (1990) denominou - retomando novamente as análises de Hilferding - de *capitalismo organizado*⁴.

O melhor exemplo de capitalismo organizado é o Japão que modificou seu padrão de crescimento de forma deliberada, com uma política de enxugamento e reestruturação das indústrias siderúrgica, naval e petroquímica, mas sobretudo com uma estratégia de mudança tecnológica centrada na eletroeletrônica de ponta e na difusão acelerada das novas técnicas de informação e controle no interior de seu aparato produtivo. O extraordinário aumento da produtividade e qualidade dos novos produtos permitiu ao Japão empreender um *drive* exportador que sustentou a demanda efetiva durante o período de transição, mediante o afiançamento do domínio do mercado mundial de novos produtos eletrônicos de consumo e também de novos equipamentos. Os países devedores da Ásia tiveram o apoio do sistema bancário e da grande empresa japonesa, com o qual puderam articular um processo de ajuste e reestruturação exitoso. O caso exemplar foi o da Coreia que, dada a sua estrutura industrial altamente concentrada e conglomerada e, tomando o Japão como paradigma e os EUA como mercado a conquistar, pôde reconverter sua economia sem grandes perdas para o setor privado. As grandes empresas coreanas descarregaram o ônus financeiro interno do ajuste no setor bancário público, que havia lhe dado suporte no período anterior de industrialização pesada por substituição de importações (Tavares, 1990: 10).

A crise e a reestruturação econômica afetaram diretamente as relações Estado-região (Becker, 1985), colocando a questão regional em um novo patamar, como também demonstra Markusen (1985)⁵. Em primeiro lugar, em consequência da redução do ritmo de crescimento das economias nacionais e

⁴ Capitalismo organizado são aqueles países onde as relações orgânicas entre a burocracia do Estado, sistema bancário e grande empresa industrial são importantes em seu desenvolvimento histórico. Países com capitalismo regulado, por sua vez, são aqueles onde a intervenção estatal foi decisiva, não somente na regulação macroeconômica, mas também na política industrial. Estas relações estruturais deram lugar a verdadeiros *networks*, que permitem que as pressões recíprocas dos agentes privados e do Estado se façam de forma ordenada, de maneira a pré-conciliar interesse e levar a consensos estratégicos na política de reestruturação industrial, além de permitir a coordenação operacional da política econômica (Conceição, 1990: 27).

⁵ Este livro constitui uma interessante tentativa de fundir a concepção dos ciclos de inovação com os princípios da concorrência oligopólica na dinâmica territorial da indústria nos EUA, cuja densidade conceitual e profusa documentação empírica merecem um texto à parte para comentá-lo extrapolando os limites deste artigo.

na generalização de formas de subcontratação entre empresas, o que permite uma vasta gama de operações contábeis, houve uma substancial perda da capacidade extrativa do Estado, concomitantemente com o aumento do desemprego nas atividades e regiões tradicionais. Como consequência deste duplo movimento, houve um crescimento desproporcional dos encargos sociais a um limite que inviabiliza qualquer política territorial de distribuição da renda com base nos instrumentos fiscais clássicos, acentuando, por outro lado, os conflitos distributivos regionais.

Em segundo lugar, embora o desenvolvimento de novos materiais e a flexibilização dos processos produtivos tenham contribuído para reduzir a velocidade do processo de concentração espacial da atividade industrial, ainda é prematuro para assumir integralmente as teses de Markusen (1985), acerca da falibilidade do princípio da "causação circular" de Myrdal. A experiência recente não permite conclusões definitivas acerca da tendência espacial das economias capitalistas avançadas, existem evidências de que a desconcentração da produção, quando ocorre, não é acompanhada pela descentralização da gestão financeira e estratégica das empresas, que se baseia cada vez mais em redes telemáticas para ampliar sua área de atuação e reduzir o tempo de decisão.

Por outro lado, o papel do Estado não pode ser desprezado na criação de novas localizações industriais vinculadas às chamadas "novas tecnologias". Seja nas economias liberais, como os EUA, onde os gastos militares tiveram papel decisivo na formação do *Silicon Valley*, na Califórnia, ou da *Route 128*, nos arredores de Boston. Nas economias regulares como a França, onde a política dos *technopoles* (pólos tecnológicos), como Sophia-Antipolis, recebeu forte suporte de órgãos públicos, empresas estatais e garantia de mercado civil e militar. Seja também nas economias de capitalismo organizado, como o Japão, onde a política das *technopolis* (cidades tecnológicas), como Tsukuba, constitui um elemento importante de reestruturação produtiva e de negociação com as comunidades territorialmente localizadas, isto sem esquecer dos estudos em desenvolvimento para a definição de uma nova capital nacional, que venha a assumir o papel projetado para o Japão no Século XXI.

Por final, a crise fiscal e financeira do Estado nos países de industrialização tardia trou-

xe para o primeiro plano no debate sobre a questão regional um antigo instrumento de política econômica: a extraterritorialidade. Originalmente utilizada como cidades ou portos livres pelos mercantilistas, como instrumento para ativar as trocas comerciais em pontos determinados do território, sem reduzir o controle tarifário sobre o restante da economia. Reinventada como Zona de Livre Comércio pelos norte-americanos em 1934, como instrumento para beneficiar-se da circulação internacional de mercadorias, mantendo rígido controle sobre o mercado doméstico em uma fase protecionista de sua história econômica. A extraterritorialidade assume sua forma contemporânea nas Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs -, verdadeiros enclaves fabris que permitem a importação de equipamentos e matérias-primas sem a incidência de tarifas, sua transformação em produtos manufaturados sem a cobrança de impostos e a posterior exportação sem restrições cambiais. Sob a justificativa de atrair investimentos externos, garantir o acesso a tecnologias modernas e promover o desenvolvimento regional, o Estado delimita um território hospedeiro para capitais em busca de valorização, onde exista disponibilidade de energia, infra-estrutura e serviços e, principalmente, mão-de-obra abundante.

A implantação das primeiras ZPEs antecede a crise econômica. A primeira delas data de 1959 e foi criada no aeroporto de Shannon, Irlanda, para salvar da falência a *duty free shop* local, cuja importância devia-se a uma escala técnica na rota aérea entre a Europa e os EUA, que naquele momento deixava de ser necessária pela entrada em operação dos grandes jatos. Na segunda metade da década de 60, implantaram-se "plataforma de exportação" em Formosa e iniciou-se a difusão das *maquiladoras* na zona fronteira do México, em grande parte devido ao transbordamento das economias japonesa e norte-americana, que buscavam transferir para o exterior as atividades de montagem padronizada, que demandavam grande quantidade de mão-de-obra de baixa qualificação. É, no entanto, a partir da década de 70 que as ZPEs se generalizam como instrumento de política econômica e assumem o paroxismo na implantação das Zonas Econômicas Especiais, que englobam grandes áreas do território da República Popular da China, segundo a lógica da modernização econômica fundada no conceito de "um País com dois sistemas" aplicada pelos *police makers* chineses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão das escalas, vista como níveis de abstração do raciocínio geográfico, é fundamental para a interpretação da complexidade da crise da economia mundial, para a determinação do potencial e limites das políticas econômicas nacionais e para a avaliação do novo papel das regiões na reestruturação econômica. Isto confere posição de destaque à Geografia Econômica, que necessita de instrumentos analíticos adequados para fazer frente ao desafio de decifrar a contradição dinâmica territorial dos dias atuais. No

sentido de contribuir para o debate, procedeu-se a uma avaliação sumária das três correntes teóricas principais disponíveis para a análise das relações espaço-temporais do processo de crise e reestruturação econômica, que são as ondas longas de inovação, a "Escola da Regulação" e a crise do fordismo e, por final, as análises que procuram localizar na concorrência o motor dinâmico da economia capitalista. Longe de procurar chegar a uma posição definitiva acerca delas, o presente artigo explorou a zona de fronteira entre a abstração geográfica das escalas e as teorias acerca da dinâmica da economia capitalista, com o único intuito de fornecer subsídios ao processo de gestão democrática do território no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, Michel. *Regulation et Crise du Capitalisme*. Paris, Calmann Levy, 1976.
- _____. *Regulaciony Crisis del Capitalism*. Madrid, Siglo Ventiuno de Espana, 1978.
- AYDALOT, Pierre. *Dynamique Spalide et Development*. Inegal. Paris, Econômica, 1976.
- BECKER, Bertha K. *The Crisis of The State Region - Regional Planing Questioned*. *Enviroment and Planing D. Society and Space*, 3(2): 141-154, 1985.
- _____; EGLER, Cláudio, E. G. *Brazil a New Regional Power in The World-Economy*. Cambridge; Cambridge University Press (no prelo).
- BETTELHEIM, Charles. *Intercambio Internacional y Desarrollo Regional*. In: EMMANUEL, A. et al. *IMPERIALISMO Y COMERCIO INTERNACIONAL. EL INTERCAMBIO DESIGUAL*. Madrid, Siglo Veintiuno, p. 69 - 104, 1973.
- BOYER, Robert. *A Teoria da Regulação: uma análise crítica*. São Paulo, Nobel, 1990.
- _____. *La Crise Actuelle: un mise em perspective historique*. *Critiques de l'Économie Politique*, p. 7 - 8, 1979.
- _____. *La Théorie de la Regulation: une analyse critique*. Paris, La Decouverte, 1986.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.
- _____. *La Dynamique du Capitalisme*. Paris, Arthaud, 1985.
- CORIAT, Benjamin. *Ciência, Técnica y Capital*. Madrid, H. Blume, 1976.
- CORRAGIO, José L. *Territórios en Transición. Crítica a la Planificacion Regional en America Latina*. Quito, CIUDAD, 1987.
- DE BRUNHOFF, Suzanne. *Estado e Capital: uma análise da política econômica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1985.
- _____. *Etat et Capital. Recherches sur la Politique Economique*. Grenoble: Presses Universitaire de Grenoble. Paris, Francois Maspero, 1977.
- DOSI, G. *Technical Change and Industrial Transformation*. London, Macmilan Press, 1984.
- EGLER, Cláudio A. G. *As Zonas de Processamento de Exportações e a Gestão do Território. Reflexões Preliminares*. In: CARLEIAL, Liana; NABUCO, Maria R. (orgs.) *TRANSFORMAÇÕES NA DIVISÃO INTER-REGIONAL DO TRABALHO NO BRASIL*. Belo Horizonte: CEDEPLAR. São Paulo, ANPEC. 1989.
- _____. *Diacronia em Três Escalas*. In: RIBEIRO, Ana C.T.; MACHADO, Denise B.P. *METROPOLIZAÇÃO e REDE URBANA. PERSPECTIVAS PARA OS ANOS 90*. Rio de Janeiro, IPPUR-UFRJ, 147-160, 1990.
- _____. *Dinâmica Territorial Recente da Indústria no Brasil - 1970/80*. In: BECKER, B.K. et al *TECNOLOGIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO*. Rio de Janeiro, UFRJ, p. 121 - 158. 1988.
- EMMANUEL, Arghiri. *El Intercambio Desigual*. In: EMMANUEL, A et al. *IMPERIALISMO Y COMERCIO INTERNACIONAL. EL INTERCAMBIO DESIGUAL*. Madrid, Siglo Veintiuno, p. 29 - 68, 1973

- FREEMAN, Christopher. Design, Innovation and Long Cycles. London, Francis Pinter, 1986.
- _____. Long Waves in The World Economy. London. Francis Pinter, 1984.
- GWYNNE, Robert N. Oligopolistic Reaction. *Area*, 11(4); 315 - 319, 1979.
- HILFERDING, Rudoly. Das Finanzkapitel. Wien, Vorwärts, 1910.
- _____. O Capital Financeiro. São Paulo, Abril Cultural, 1985.
- HOBSBAWN, Eric J. Some Reflections on The Break-up of Britain. *New Left Review*, 105, 1977. In: PINSKY, Jaime. QUESTÃO NACIONAL E MARXISMO. São Paulo, Brasiliense, p. 294 - 323, 1980.
- _____. Crise e Terceira Via. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.
- INGRAO, Pietro. Crisi e Terza Via. Roma, Editori Reuniti, 1978.
- NICKERBOCKER, F.T. Oligopolistic Reaction and The Multinational Enterprise. Cambridge, Harvard University Press, 1973
- KNOX, P.; AGNEW, J. The Geography of The World Economy. London, Edward Arnold, 1989.
- KONDRATIEFF, Nicolai. The long Waves in Economic Life. *Review of Economics and Statistics* 17, pt. 2, 105 - 115, 1935.
- KOTZ, David M. Long Waves and Social Structures of Acumulation. A Critique and Reinterpretation. *Review of Radical Political Economy* 19(4): 16 - 38, 1987.
- LABINI, Sylos P. Oligopolio e Progresso Tecnico. Torino, Einaudi, 1964..
- _____. Oligopólio e Progresso Técnico. Rio de Janeiro, Forense Universitário, 1990.
- LACOSTE, Yves. A Geografia. In: CHATELET, F. HISTÓRIA DA FILOSOFIA-IDÉIAS, DOCTRINAS, A FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- _____. Braudel Geographe, 1988. In: LACOSTE, Y (org.) Lire Braudel. Paris, La Decouverte, 1988.
- _____. Braudel. Geógrafo. In: LACOSTE, Y. (org.) LER BRAUDEL. Campinas, Papyrus, p. 175 - 219, 1989.
- _____. Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas, Papyrus, 1988.
- _____. La Geographie. In: CHATELET, F. HISTOIRE DE LA PHILOSOPHIE - IDEES, DOCTRINES. LA PHILOSOPHIE DES SCIENCES SOCIALES. Paris, Hachete, 1973.
- _____. La Geographie: ça sert, d'abord, à faire la guerre. Paris, La Decouvert, 1985.
- _____. Unité et Diversité du Tiers Monde. Paris, François Maspero, 3v., 1980.
- LIPIETZ, Alain. Le Capital et son Espace. Paris, François Maspero, 1977
- _____. Mirages e Miracles. Problemas de l'Industrialisation dans les Thiers Monde. Paris, La Decouverte, 1985.
- _____. Miragens e Milagres. Problemas da Industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo, Nobel, 1988.
- _____. O Capital e seu Espaço. São Paulo, Nobel, 1987.
- MAGDOFF, Henry. A Crise do Capitalismo Americano. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- _____; SWEETZ, Paul. The Deepening Crisis of U. S. Capitalism. *New York, Monthly Review*, 1981.
- MANDEL, Ernest. Long Waves of Capitalist Development (The Marxist Interpretation). Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- MARKUSSEN, Ann R. Projit Cycles, Oligopoly and Regional Development. Cambridge, The MIT Press, 1985.
- _____. Regions. The Economics and Politics of Territory. Totowa, Rowman and Littlefield, 1987.
- MARSHALL, Michael. Long Waves of Regional Development. London Macmillan Education Ltda., 1987.
- MICHALET, Charles A.; DELAPIERRE, M. La Multinationalisation des Enterprises Françaises. *TEM Espace*, 4, 1973.
- MORAES NETO, Benedito R. Marx, Taylor, Ford. As Forças Produtivas em Discussão. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Metamorfose de Arribançã. Fundo Público e Regulação Autoritária na Expansão Econômica do Nordeste. *Novos Estudos - CEBRAP*, 27: 67 - 93, 1990.
- PALLOIX, Christian. Le Process de Travail: du fordisme au neofordisme. *La Pensée*, 185, 1976.
- _____. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977
- _____. O Surgimento do Antivalor. *Novos Estudos - CEBRAP*, 2: 8 - 28, 1988.
- POSSAS, Mario L. Dinâmica da Economia Capitalista. Uma Abordagem Teórica. São Paulo, Brasiliense, 1987, 352 p.

- _____. Estruturas de Mercado em Oligopólio. São Paulo, HUCITEC, 1985.
- _____. O Projeto Teórico da "Escola da Regulação". *Novos Estudos - CEBRAP*, 21: 195 - 212, 1988.
- POULANTZAS, Nicos. As Transformações Atuais do Estado, a Crise Política e a Crise do Estado. In: POULANTZAS, N. ESTADO EM CRISE. Rio de Janeiro, GRAAL, 1977.
- _____. Les Transformation Actuelles de l'Etat, la Crise Politique et la Crise de l'Etat, In: POULANTZAS, N. (org.) LA CRISE DE L'ETAT. Paris, PUF, 1976.
- _____. Sistemas de Cidades Economias Avançadas. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- PRED, Allan. City - Systems in Advanced Economies. London, Hutchinson Ltd, 1977.
- RANGEL, Ignacio M. Ciclo, Tecnologia e Crescimento. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- SANTOS, Milton. O Período Técnico-científico e os Estudos Geográficos. *Geografia 4*: 15 - 20, 1990.
- SCHUMPETER, Joseph A. Business Cycles: a Theoretical Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process. London, Mc Grow-Hill, 1939.
- SERRA, José. A Constituição e o Gasto Público. Planejamento e Políticas Públicas 1, jun., p. 93 - 106, 1989.
- SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- _____. Uneven Development, 1984.
- STEINDL, Josef. Maturity and Stagnation of American Capitalism. New York, Monthly Review Press, 1952.
- _____. Maturidade e Estagnação no Capitalismo Americano. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- TAVARES, Maria da Conceição. Ciclo e Crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Departamento de Economia/UFRJ. Tese para professor titular, 1978. mimeo.
- _____. Reestructuration Industrial y Politicas de Ajuste Macroeconômico em los Centros - La Modernizacion Conservadora. Rio de Janeiro, IEI, 1990. *Mimeo*.
- _____. O Movimento Geral do Capital. (Um Contraponto à Visão da Auto-regulação da Produção Capitalista). *Estudos - CEBRAP*, 25: 5 - 26 s.d.
- TAYLOR, Peter J. Geographical Scales in the World Systems Approach. *Review 5*: 3 - 11, 1981.
- _____. Political Geography, World-Economy, Nation-State and Locality. London, Longmans, 1985.
- WALLERSTEIN, I. Historical Capitalism. London, Verso, 1983.
- _____. O Capitalismo Histórico. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. The Capitalist World-economy. Cambridge. Cambridge University Press, 1979.

RESUMO

A questão das escalas, vista como níveis de abstração do raciocínio geográfico, é fundamental para a interpretação da complexidade da crise da economia mundial e para a avaliação do novo papel das regiões na reestruturação produtiva, conferindo posição de destaque à geografia econômica.

No sentido de contribuir para o debate, procedeu-se uma avaliação sumária das três principais correntes teóricas disponíveis para a análise das relações espaço-temporais do processo de crise e reestruturação, buscando determinar sua importância para a análise espacial.

Longe de buscar uma posição definitiva, o presente artigo explorou a zona de fronteira entre a abstração geográfica das escalas e as concepções econômicas da crise, visando a fornecer subsídios ao processo de gestão democrática do território no Brasil.

ABSTRACT

The question of scales, seen as levels of abstraction of geographic thought, is fundamental for the interpretation of the complexity of the actual economic crisis. Thus, the important position of economic geography in the analysis of productive restructuring.

In an effort to contribute to the debate regarding strategic territorial planning, this article makes a summary evaluation of the three principal theoretical explanations available for the space-time analysis of the crisis/restructuring process at the global, national and regional scales.